



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2024

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações do Excelentíssimo Ministro de Minas e Energia, Sr. Alexandre Silveira, para prestar esclarecimentos a respeito da aquisição de uma mina de urânio localizada na Amazônia por uma empresa chinesa.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações a respeito da aquisição da mineradora Mineração Taboca, controladora da mina de Pitinga, pela estatal chinesa China Nonferrous Metal Mining Group (CNMC), conforme amplamente divulgado na imprensa¹:

1. O Ministério das Minas e Energia foi previamente informado ou consultado sobre a referida transação? Em caso positivo, qual foi a posição oficial emitida pela pasta e quais os pareceres técnicos apresentados?
2. Existe mapeamento atualizado do conteúdo de minerais estratégicos, como urânio e nióbio, presentes na mina de Pitinga? Caso sim, qual o volume estimado desses recursos e quais as implicações de sua exploração por uma empresa estatal estrangeira?
3. Quais são as medidas adotadas pelo governo federal para assegurar o controle nacional sobre recursos minerais estratégicos em áreas adquiridas por empresas estrangeiras?

¹ <https://revistaeste.com/economia/china-compra-mina-com-uranio-na-amazonia-por-quase-r-2-bi/>;
<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/28/china-compra-por-r-2-bilhoes-maior-reserva-de-uranio-do-brasil-no-amazonas.ghtml>;
<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/11/28/reserva-rica-em-uranio-localizada-no-amazonas-e-vendida-a-china.ghtml>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 20/12/2024 15:48:23.313 - MESA

RIC n.4693/2024

4. Quais os critérios e exigências regulatórias aplicados para transações envolvendo empresas estatais estrangeiras e áreas de exploração de minerais estratégicos, como aquelas presentes na mina de Pitinga?
5. Existe análise de risco ou estudo estratégico do Ministério das Minas e Energia sobre os possíveis impactos geopolíticos e econômicos de uma crescente presença de estatais estrangeiras na exploração de minerais estratégicos em território nacional, especialmente na Amazônia?
6. Quais os planos do governo federal para fiscalizar a exploração de minerais em áreas que contenham materiais nucleares, como o urânio, de acordo com o monopólio previsto na Constituição Federal?

JUSTIFICATIVA

Recentemente foi amplamente noticiado que uma empresa chinesa adquiriu uma mina de urânio localizada na região amazônica, em um negócio que envolveu o valor de cerca de R\$ 2 bilhões. A recente aquisição da mineradora Mineração Taboca pela estatal chinesa CNMC, envolvendo um valor estimado de R\$ 2 bilhões, é um fato de grande relevância econômica, estratégica e geopolítica. A mina de Pitinga, situada na Amazônia, não apenas lidera a produção nacional de estanho, como também contém reservas de minerais altamente estratégicos, incluindo urânio, tântalo e nióbio.

A Constituição Federal, em seu artigo 21, estabelece que a União detém o monopólio sobre a exploração de materiais nucleares. No entanto, a presença de uma empresa estatal estrangeira controlando áreas com potencial de urânio suscita preocupações legítimas sobre o controle do Brasil sobre esses recursos sensíveis e suas implicações para a soberania nacional.

Além disso, a Amazônia possui uma importância única no contexto global, tanto por suas riquezas naturais quanto por sua posição geopolítica estratégica. A crescente presença de estatais estrangeiras na exploração de minerais dessa região exige monitoramento constante e políticas públicas rigorosas para evitar impactos negativos na soberania brasileira e na segurança energética nacional.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

O Ministério das Minas e Energia, como órgão central na gestão de recursos minerais, tem a responsabilidade de esclarecer as condições em que essa transação foi realizada, avaliar seus impactos e informar quais ações estão sendo tomadas para proteger o interesse público e os recursos estratégicos do Brasil.

Dessa forma, este requerimento busca garantir a transparência dos atos do governo federal e permitir que esta Casa, em sua função fiscalizadora, acompanhe com rigor um tema de altíssima relevância para o futuro do país.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa Legislativa com a fiscalização de interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2024.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

Apresentação: 20/12/2024 15:48:23.313 - MESA

RIC n.4693/2024

